

O SABER E O PODER DA ESCOLA A SERVIÇO DA CIDADANIA DO ENFERMEIRO: MENTIRAS QUE PARECEM VERDADES...¹

SCHOOL KNOWLEDGE AND POWER TO SERVE NURSE'S CITIZENSHIP: LIES THAT SEEM TO BE TRUE.

*Mara Regina Lemes De Sordi*²

*Lígia Maria Thomaisino Magalhães*³

*Sueli Fátima Sampaio*⁴

RESUMO: O artigo discute as relações de poder que permeiam o processo de ensino de enfermagem, desvelando algumas contradições entre o discurso e a prática dos educadores da área e seu impacto negativo na inserção dos egressos no mercado de trabalho.

UNITERMOS: Ensino de enfermagem - Projeto político - Poder - Prática profissional.

Uma análise despreziosa do discurso que tem atualmente predominado nas Escolas de Enfermagem poderia nos conduzir à conclusão de que toda a organização do trabalho pedagógico tem sido norteada pelo genuíno desejo de formar enfermeiros que, associados à sua atuação técnica, estivessem situados historicamente, engajados com os problemas do seu tempo, devidamente instrumentalizados para fazer a leitura da realidade e dispostos a contribuir para a eliminação das flagrantes desigualdades sociais que maculam, de ponta a ponta, o cenário de vida do povo brasileiro.

O próprio advento da implantação do novo currículo mínimo que rege a profissão, derivado de efervescentes discussões que envolveram toda a coletividade de enfermagem, vem referendar esta tendência, na medida em que se reafirmam compromissos com as mesmas vertentes político-filosóficas.

¹ Trabalho produzido por membros do grupo de Pesquisa "Cidadania na Escola e no Trabalho".

² Professora Titular - Faculdade de Enfermagem da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Mestre em Enfermagem - USP e Doutora em Educação - UNICAMP, São Paulo - Brasil.

³ Professora Adjunta - Faculdade de Enfermagem da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Mestre em Administração de Serviços de Saúde - USC, São Paulo - Brasil.

⁴ Professora Adjunta - Faculdade de Enfermagem da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Mestre em Educação - PUCCAMP, São Paulo - Brasil.

Fruto de objetivos tão nobres e surpreendentemente homogêneos, o impacto no mercado de trabalho dos egressos das inúmeras escolas de enfermagem deveria ser contundente. No entanto, o que se observa é que os novos enfermeiros, rapidamente, se ajustam ao sistema, conformam-se com as estruturas, exibem atitudes e comportamentos pouco questionadores do modelo social vigente. Salvo honrosas exceções, o que se vê é o novo enfermeiro rapidamente se tornando velho, na medida em que se vê forçado a negar seus sonhos,⁷ seu projeto de vida se adulterando, premido pelas forças e pelos interesses do instituído...

Esta análise um pouco amarga tem explicações históricas e reconhecemos que a escola tem um espaço de intervenção limitado para mudar sozinha esta situação. Porém, pela urgência de transformação desta realidade e pelo significado que poderia trazer para a Enfermagem construir sua imagem de uma profissão-cidadã, não há como deixar de nos interrogarmos acerca de qual tem sido nossa responsabilidade neste estado de coisas.

A escola pode ser (e efetivamente precisa ser) usada como espaço de resistência. Indubitavelmente, ela pode vir a ser um espaço que propicie a gestação de um profissional com outros traços, de modo a melhor municiá-lo para uma ação profissional que dignifique a categoria e a sociedade.

Só que, para que tal suceda, é mister que reconheçamos que temos convivido harmonicamente com algumas idéias, que veiculadas e incorporadas como verdades, têm turvado nossas mentes, impedindo uma tomada de atitude mais conseqüente, rumo à real libertação.

Assim, as verdades que nos têm sido contadas, têm tranqüilizado nossas mentes, fechado nossos olhos e embaralhado nossas conclusões a tal ponto de nem desconfiarmos que, alguma delas, não passam de mentiras bem contadas, tão bem contadas que nós mesmos as multiplicamos pela vida afora, certos de que nos comportamos como profissionais críticos, "comprometidos com a transformação". Assim nos disseram que devíamos ser. Assim somos nós.

Para alguns, o texto pode estar parecendo rançoso e amargurado. Porém, é exatamente a esperança numa outra realidade que nos motiva a denunciar as contradições que permeiam nossa prática e que precisam ser assumidas, corajosamente, por cada um de nós, na medida em que temos contribuído de alguma forma com a perpetuação desta situação.

Optamos por uma análise a partir da escola pela responsabilidade que ela tem nas marcas desta obra. Pelos saberes e valores que ela veicula, tem sido cenário de uma trama de relações sociais, que organizam a experiência cotidiana e pessoal do aluno, impondo-lhe traços muitas vezes de docilidade e submissão, que contradizem o discurso proferido de formação crítica. Assim, concordamos com *Loyola* (1987) quando lembra que a escola tem se comportado como verdadeiro laboratório de docilidade. Resta saber se há

possibilidade de alguém formado nesta matriz, ao se tornar enfermeiro, desvencilhar-se de todo este conjunto de aprendizagens e valores, da força do currículo real e do currículo oculto e assumir num passe de mágica seu papel de profissional crítico (*Apple*, 1989).

Muitas escolas de enfermagem hoje já assumem explicitar qual o Projeto Político-Pedagógico que defendem e que elegem como eixo norteador para as decisões de cunho acadêmico-administrativo, que regem as suas práticas cotidianas. Isto é sem sombra de dúvidas um avanço, na medida em que por longo tempo, este se manteve ocultado, ocorrendo de forma dissimulada, sem que a ele prestássemos atenção, quando decidíamos os eixos da formação, os conteúdos que seriam ministrados, as formas da aprendizagem e da avaliação. Tudo parecia uma questão eminentemente técnica, mas sob essa lógica as questões que se processavam eram essencialmente políticas, interferindo no perfil do enfermeiro a ser inserido no mercado de trabalho (*Sordi*, 1995).

Um breve exemplo corrobora esta assertiva. Como poderemos discursar sobre a importância da formação do enfermeiro crítico, se as escolas, ao avaliar o aluno (futuro enfermeiro), valorizam muito mais sua capacidade de reproduzir o discurso do professor pela equivalência das respostas que emite nas provas teóricas e campos de atuação prática? Quem de nós já não se surpreendeu “punindo” o pensamento divergente, quando o mesmo poderia ser o primeiro esboço de autonomia intelectual do estudante, traço este que a profissão Enfermagem tanto clama?

Desta forma, podemos ir destacando algumas das “verdades-mentiras” que povoam nosso discurso de educador em enfermagem e um pequeno exame de consciência nos explicará o porquê do baixo poder de resolutividade das ações políticas do enfermeiro, quando de sua inserção profissional.

Não nos cabe culpar unilateralmente a escola, mas não podemos inocentá-la simplesmente, pois como aparelho formador poderia se constituir em importante espaço de resistência, não fôra seus vínculos implícitos ou explícitos com a manutenção dos interesses dominantes e com a propagação de uma certa ideologia.

Nessa perspectiva, não podemos deixar de ressaltar o quanto de poder as práticas educativas carregam e o grau de eficiência que o poder possui, pelo delicado sistema de relações que o mantém e multiplica.

Segundo *Foucault* (1989: 21),

o fundamental da análise é que saber e poder se implicam mutuamente. Não há relação de poder sem constituição de um campo de saber, como também, reciprocamente, todo saber constitui novas relações de poder.

A escola, nesta perspectiva, tem se constituído num verdadeiro palco onde saber e poder se interpenetram, estando este último nas mãos dos professores

para fazer acontecer um determinado saber que interessa a um determinado grupo social. É importante considerar como se dá a criação, seleção, organização e distribuição do conhecimento escolar. E cremos que isto ocorre, permeado de ponta a ponta por relações de poder que nascem na ocultação ou não do projeto pedagógico, na definição do currículo oficial, que para alguns se resume na grade curricular e, principalmente, na organização do trabalho pedagógico, onde concretamente se selecionam as estratégias e as táticas para que os pressupostos teóricos contidos nas propostas ocorram de fato e coerentemente com o discurso pedagógico. Não dá para ignorar que o currículo real passa por mediações, que incluem a cultura institucional e pedagógica da escola e dos professores.

E esta, temos que reconhecer, tem ensinado muito mais para a domesticação do que para a autonomia. Portanto, uma verdadeira revolução em nossas práticas pedagógicas se impõe, se pretendemos uma formação que enseje ao futuro enfermeiro alguma chance de assumir seu papel de cidadão na sociedade. Temos que conduzir, exercitar e conviver com a idéia do aluno-cidadão se sonharmos com a utopia do enfermeiro cidadão.

Parece que alguns avanços já ocorrem, porém o que nos assusta é que estes não têm conseguido demonstrar consistência entre teoria e prática, entre discurso e ação, revelando-nos uma prática, algumas vezes, esquizofrênica. E isso nos motiva a chamar a atenção para as verdades que temos dito e que são sumariamente negadas em nossa forma de vivenciá-las no cotidiano, levando-nos a suspeitar de sua veracidade.

Verdade nº 1. A escola quer formar enfermeiros críticos, aptos a transformar a realidade social e a explicitarem a serviço de quem estão colocando sua prática.

Na realidade, a escola convive mal com o aluno crítico, especialmente se sua crítica for dirigida à mesma, ao poder constituído. Ai ele passa a ser taxado de desajustado... impertinente e trata-se de descobrir formas sutis de coibir seus excessos. Um mecanismo eficaz tem sido a avaliação, onde através da emissão das notas e outras recompensas consegue-se premiar e punir, aprovar e desaprovar...

Recompensa-se em geral o pensamento convergente, a reprodução literal da fala do professor (representante do sistema) e, como quem julga a exatidão da resposta é o docente, este tem nas mãos o poder de dizer se alguém errou ou acertou e o quanto errou e acertou. Confirma com isso sua possibilidade de acelerar ou desacelerar nos alunos seu potencial crítico através da forma como organiza sua avaliação, pelo quanto de valor atribui à mera reprodução e pelo tanto de arbitrariedade que se permite cometer frente aos alunos, que muito contestam e incomodam.

Será mesmo verdade que os queremos criticando, contestando nossas verdades absolutas?

Verdade nº 2. A escola quer que os futuros enfermeiros aprendam a construir o conhecimento, a acessar fontes, a usar a pesquisa como instrumento cotidiano de trabalho, a pensar cientificamente.

A realidade nos mostra que o aluno tem seu tempo inteiro tomado, copiando as aulas, repetindo conceitos. As aulas mais parecem aulas de dogmas, onde o saber é apresentado pronto, acabado, com ênfase na socialização do saber sistematizado. Não há espaço para a geração do conhecimento novo porque não há tempo para pensar, para duvidar.

A pressa de “passar informações” superpõe-se à qualidade do que se passa e quem determina a lógica do aprendizado é o tempo, a quantidade, a produtividade. Como levar o aluno ao “aprender a aprender” proposto por DEMO (1995) se considerarmos perda de tempo pensar, a ordem é repetir corretamente e na hora exata, em geral na avaliação... Não deve ser inocente a inexistência de tempo para pensar, o que nos leva ao trefismo que normalmente acompanhará o enfermeiro ao longo da vida profissional. Sempre correndo, trabalhando, ocupado, mas sem tempo para fazer o certo, o necessário para a qualificação da assistência, o imprescindível para resgatar a cidadania do usuário e a sua própria!

Verdade nº 3. A escola valoriza o trabalho interdisciplinar, o trabalho em equipe, sendo que o enfermeiro deve ser interlocutor competente e comprometido.

Na verdade, fala-se de interdisciplinaridade mas ainda não se rompeu com a mensagem eloqüente da hegemonia médica, ainda se cultivam na escola relações rançosas com o poder, escondendo sentimentos de insegurança e baixa estima, que obstaculizam o verdadeiro diálogo entre iguais: profissionais de saúde, conscientes da utilidade de seus saberes e dispostos a garantir sua visibilidade em função das necessidades dos clientes.

Ensina-se às vezes a rivalidade e não a complementaridade, a competição aos invés da solidariedade e isto se acentua também via avaliação, onde se comparam alunos, desempenhos, notas, o que só faz por enfraquecer os laços existentes no grupo. Os estudantes aprendem a buscar a aprovação do professor, em detrimento da ajuda ao colega, à equipe; o que interessa é o reconhecimento individual e as vantagens subjacentes. Resta saber se, depois de formados, nos exporemos a riscos pessoais em função de valores maiores ou se nos omitiremos... frente às vantagens oferecidas pelo sistema?

Verdade nº 4. A escola quer que os enfermeiros assumam seu papel de educador e de líder de sua equipe, reconhecendo que o processo de trabalho em enfermagem tem raízes históricas e é determinado socialmente.

Na realidade, o enfermeiro não tem reconhecido seus funcionários como agentes de enfermagem. Em geral, busca identificar-se mais com os administradores e/ou profissionais de nível universitário, negando sua equipe e

não se enxergando como trabalhador da saúde. Tende a reproduzir com seus subordinados práticas autoritárias, notadamente nas avaliações de desempenho que pratica, contribuindo para a perda de sua legitimidade frente aos mesmos. Tem demonstrado dificuldade para valorizar a busca da ascensão social dos membros de sua equipe, numa tentativa vã de manter a distância social que os separa. Na escola, os alunos aprendem, dissimuladamente, a não respeitar os atendentes julgando-os responsáveis pelo baixo nível da assistência. Esta pseudo discriminação (?) igualmente se manifesta quando convivem num mesmo espaço os “alunos-trabalhadores” com os alunos “normais”. Cabe indagar como podemos ser educadores de nossos pacientes, nossos colegas, nossa equipe, se não acreditarmos que a educação é um direito de todo cidadão e que a distribuição deste capital cultural não se dá de forma equânime?

Verdade nº 5. A escola quer formar enfermeiros competentes técnica e politicamente.

Não se põe em dúvida esta assertiva. E para tal formação os docentes munem-se de todo um arsenal, onde se reúnem informações atualizadas, tentando acompanhar o acelerado avanço tecnológico. O que está em crise, no entanto, muitas vezes não é o conteúdo e sim a forma. Continuamos ensinando do mesmo jeito, desconhecendo as mudanças que igualmente ocorreram em nossa clientela, mudanças de condições de entrada, de expectativas e de postura. Os jovens hoje estão mais contestadores, o mundo do trabalho está a exigir o pensamento crítico, a capacidade de elaborar perguntas e não apenas produzir respostas prontas. E neste pequeno detalhe pode residir toda a diferença no resultado do processo. O professor competente de antigamente, que concebia o conhecimento como pronto, organizado e estruturado seqüencialmente, deve dar lugar aos professores que *Pimentel* (1993) classifica como professores que ensinam na certeza do paradigma emergente. Assim, ela se posiciona:

“Há os que rompem com o conceito moderno de ciência e conhecimento. Partem, através da crítica e da criatividade, para a construção de novas formas de ensino. Criam seus próprios paradigmas emergentes, pós-modernos, simultaneamente científicos e sociais. Procuram não trabalhar com as dicotomias tradicionais, características do paradigma dominante. Abrem trilhas, ensaiam, experimentam, ousam. Sofrem em suas vidas, na sua condição existencial, as repercussões da condição epistemológica da ciência: mudam sua concepção de vida, de homem, de sociedade, de conhecimento e de ensino. Não têm certezas, mas buscam em sua práxis a coerência das verdades descobertas”.

O que se vê é que a escola, para tornar verdade os pressupostos que escolhe como eixos de seu processo de formação, precisa decidir ir às últimas conseqüências, rompendo com um jeito de ensinar Enfermagem, que tem tido impacto na prática profissional bastante questionável, especialmente do ponto de vista político. Se quisermos de fato transformar a prática do enfermeiro, objetivando que a mesma expresse seus vínculos com um determinado modelo de sociedade, onde os direitos do cidadão sejam assegurados, já passou da

hora de olharmos para nossa forma de ensinar, para quebrar as amarras que nos prendem irremediavelmente ao modelo que dizemos querer superar.

Isso implica enfrentar o poder (in) visível que campeia na escola. Conforme Saviani (1994) aponta: “*aquilo que efetivamente teme a classe dominante é a concretização do compromisso político transformador*”.

E para que tal ocorra precisamos deliberadamente instrumentalizar nossos futuros egressos para o exercício de um outro padrão de competência, a ponto de colocá-los em condição técnica e política para enfrentar o sistema, sem bater de frente com seus interesses de autopreservação e simultaneamente impedir, que se omitam nas questões que não podem ser postergadas na construção da sociedade desejada pelo povo brasileiro.

É necessário enfrentar o poder que existe na escola e que se mostra poderoso em seus tentáculos, especialmente porque os usa de forma dissimulada.

Reconhecemos que todas as escolas de enfermagem possuem em seus quadros de docentes diferentes grupos ideológicos que convivem no mesmo espaço e compartilham da mesma tarefa. A necessidade de coletivamente assumirem qual projeto pedagógico orienta sua práxis é fundamental. A busca do consenso parece ser prudente medida, o que implica pôr em debate suas crenças, seus valores. O que não se pode aceitar é ocultar estas diferenças e assumir discursos progressistas, que não geram nenhuma alteração qualitativa nas salas de aulas, nos campos de estágio, na prática profissional.

Não dá para mudar só o teor dos documentos produzidos, ainda que aprovados nos colegiados. Para tornar verdade esses desafios, é preciso que assumamos as contradições entre discurso e ação, muitas vezes justificados por nosso desejo de mudar, sem correr riscos e sem incomodar as estruturas do poder, seja no nosso microcosmos ou na estrutura macro.

Este trabalho pretendeu provocar a reflexão dos educadores em enfermagem para as incongruências, que vez por outra cometemos ao organizar nosso trabalho pedagógico. Ressaltamos o quão desaceleradoras são estas inconsistências para o futuro de nossa profissão. E, embora tenhamos parcela de culpa neste estado de coisas, pois somos professores igualmente cometedores destes enganos, ousamos compartilhar nossas vulnerabilidades, apostando na nossa capacidade de reverter a lógica da formação, a partir de um diagnóstico concreto de nossas reais possibilidades de enfrentar o poder constituído, fazendo da Escola de Enfermagem um espaço de resistência e de organização dos futuros enfermeiros para conjuntamente resgatarmos a cidadania de nossa profissão.

Trata-se pois de valorizar e implementar estratégias que contribuam para que o aluno-cidadão possa se constituir em embrião do enfermeiro-cidadão, através da mediação de práticas educativas intencionalmente planejadas, para que este intento saia do sonho e se torne realidade em construção.

ABSTRACT: This article discusses the power relations which permeate the Nursing Teaching process. It unveils some contradictions between the discourse and the practice of teachers in this area and its negative impact in the insertion of egresses into the work market.

KEYWORDS: Nursing teaching - Political project - Power - Professional practice.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

1. APPLE, M.W. *Educação e Poder*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
2. DEMO, P. *Educação e Qualidade*. 2 ed., São Paulo: Papirus, 1995.
3. FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. 8 ed., Rio de Janeiro: Graal, 1989.
4. LOYOLA, C.M.D. *Os doces corpos do hospital: as enfermeiras e o poder institucionalizado na estrutura hospitalar*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1987.
5. PIMENTEL, M.G. *O professor em construção*. São Paulo: Papirus, 1993.
6. SAVIANI, D. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 4 ed. São Paulo: Editora Autores Associados, 1994.
7. SORDI, M.R.L. *A prática de avaliação no ensino superior: uma experiência na Enfermagem*. São Paulo: Cortez/PUCCAMP, 1995.